

Coletivo Antirracista do Campus Tijuca II: uma ação insurgente no Colégio Pedro II

Ana Beatriz Firmo de S. Asevedo¹, Cristina Pierre de França², Eliane Mello Lima³,
Joaquim A. Nogueira Neto⁴, Silvia Barros⁵

Introdução

“Numa sociedade racista não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”, a frase da filósofa, escritora, professora e ativista estadunidense, Angela Davis, tem repercutido em diferentes instâncias sociais, mas urge que esse discurso se instale de fato na estrutura social do Brasil. Este Coletivo, partindo desse princípio, objetiva fortalecer um processo formativo constante para a construção de uma educação antirracista.

A iniciativa de construção do Coletivo antirracista não foi a primeira atividade realizada no *campus* com o objetivo de discutir e combater o racismo, diversas ações foram realizadas no campo pedagógico, sob a forma de aulas, grupos de estudo, rodas de conversa, ministradas por professores comprometidos com o tema em eventos, seminários, entre os quais podemos destacar a Oficina Mulheres Negras e Literatura, vinculada ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NeabiCP2) e ao Núcleo de Pesquisa e Arte da Tijuca (Nupart); o Encontro Abayomi, realizado nos anos de 2018 e 2019, organizado pelas professoras Caroline da Matta, Ingrid Matos e Sílvia Barros, da equipe de português, com a colaboração de docentes de outras disciplinas como Filosofia e Música. O *campus* Tijuca II também recebeu, em 2017, a mostra de cinema indígena Cine Tekoha, organizada pela professora Sabrina Alvernaz. O evento contou com a presença do cineasta guarani Alberto Alves. Além dessas e outras atividades propostas por docentes, devemos destacar as iniciativas dos estudantes que, reunidos em coletivos de estudantes negros ou não, promovem eventos que exaltam a cultura negra como as batalhas de *slam* e as rodas de rima.

Muitas dessas ações estabeleciam ou formulavam atividades de caráter mais abrangente, que abarcavam um número maior de estudantes como culminância de

¹ Estudante de Pedagogia da UERJ. 1ª diretora de negros e negras da união estadual dos estudantes do município do Rio de Janeiro – UEE-RJ

² Doutora em Artes Visuais- EBA- UFRJ – Professora de Artes Visuais do CPPII – Campus Tijuca II

³ Especialista em ensino de física – CPPII. Professora de física do CPPII, Campus Tijuca II

⁴ Doutora em Letras/Análise do Discurso – UFRJ. Professora de Português do CPPII, Campus Tijuca II

⁵ Doutora em Literatura Brasileira – UFRJ. Professora de Português do CPPII, Campus Tijuca II

determinado estudo, ou como marcação de um período ou data marcante para o enfrentamento da problemática racial. Essas propostas já indicam a possibilidade de encaminhar outros formatos para o debate racial na escola. Com a suspensão das aulas presenciais devido à pandemia do Coronavírus, em março de 2020, a discussão sobre a educação no ambiente virtual passou a ocupar espaço de destaque na nossa comunidade. No entanto continuamos a nos deparar com o racismo estrutural e institucional e com a necessidade de manter ativas nossas ações de combate a esse problema que causa danos físicos, sociais e psicológicos à grande parte da nossa população há séculos.

A origem do Coletivo Antirracista, no formato como se apresenta na atualidade, nasceu da iniciativa de dois estagiários negros e periféricos, estudantes de universidades públicas, Ana Beatriz Firmo e Paulo Damazio que, na época, atuavam junto da direção pedagógica do Colégio Pedro II, *campus* Tijuca II. A percepção de que a violência contra pessoas negras durante a pandemia não só continuou, como se tornou ainda mais grave por meio de operações policiais - que atingiram moradores de comunidades no momento do isolamento social - e de restrição a recursos públicos para saúde e preservação da vida da população negra em face da transmissão do coronavírus tornou urgente uma ação coletiva contra essas violências e opressões no contexto da comunidade escolar.

A partir dessa ideia inicial, formou-se o grupo de trabalho antirracista – que depois passou a ser denominado coletivo, formado por servidoras e servidores (docentes, técnicas e técnicos) que entendem a escola como um dos espaços mais potentes de atuação e de formação do pensamento libertário e crítico.

As ações deste Coletivo objetivam reforçar a valorização das narrativas negras no cotidiano escolar, contribuindo para a construção de uma escola emancipatória que combata à violência, questione a dominação de alguns grupos sobre outros, reconheça essas desigualdades e não se contente com ela, mantendo vivo o desejo de construir um futuro justo e sem medo.

As ações do coletivo antirracista e a série Sangue Índiafro

No ano de 2003, foi sancionada a lei 10.639 que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todo o currículo escolar, ao longo da educação básica, nas escolas públicas e particulares. Em 2008, o texto foi modificado

para a inclusão também da temática indígena, passando assim a vigorar a lei 11.645 que altera a lei de diretrizes e bases da educação nacional (lei 9394/96). Essas são conquistas dos movimentos sociais que historicamente pressionam as instituições exigindo reparação histórica e visibilidade para os grupos raciais marginalizados. Embora a lei 10.639 já esteja próxima dos seus vinte anos de criação, ainda há muita falta de informação a seu respeito, carência de conteúdos específicos nas licenciaturas e insuficiência na supervisão de sua implementação. Há ainda a ideia de que poucas disciplinas do currículo teriam condições para contemplar conteúdos relativos às matrizes indígenas e africanas. Para modificar essa mentalidade, é urgente que a discussão em torno da educação antirracista seja feita de forma coletiva e multirreferencial. É necessário também estudo e pesquisa para que se promova, minimamente, a diversidade no âmbito escolar e certo equilíbrio entre as matrizes culturais que formam nosso povo.

Com isso em mente, reunido a partir de junho de 2020, o Coletivo Antirracista definiu algumas ações imediatas para o período da pandemia e estabeleceu o compromisso com o estudo, a pesquisa e a discussão em torno de criação de uma escola que de fato seja antirracista, isto é, que combata o racismo epistêmico e o racismo institucional e que promova uma reeducação das relações étnico-raciais.

A primeira ação promovida pelo coletivo foram as *lives* no instagram. Com a condução de Ana Beatriz Firmo, professores (do Pedro II e de outras instituições), ativistas das causas negra e indígena, artistas e intelectuais discutiram temas variados a respeito das vivências e lutas compartilhadas pelas populações negras e indígenas.

Até o momento foram realizadas cerca de vinte e cinco conversas com duração média de cinquenta e cinco minutos, que abordaram assuntos diversos relacionados à subjetividade e a identidades específicas dos povos discriminados, em todas essas exposições, Ana Beatriz Firmo atuou como mediadora/entrevistadora, e trouxe as especificidades do caminho de cada pessoa e sua contribuição para entendimento de sua individualidade e superação frente a situações adversas com que se deparam.

Nesses diálogos, percebe-se uma variedade de ações e temas que se circunscrevem desde o âmbito particular de enfrentamento do racismo, passam por atividades de caráter social e coletivo e interseccionalidade entre outros temas relacionadas à cultura e à educação e à interferência dessas discriminações sobre a vida dos sujeitos indígenas e negros. Na impossibilidade de tratar de todos os assuntos

abordados, destacamos alguns como forma de pontuar a especificidade do tema. Por isso elencamos alguns dos assuntos tratados durante as *lives*.

Nesse contexto, podemos destacar a primeira *'live'* realizada em 14/07/2020, com a participação da professora Sílvia Barros e da estagiária idealizadora do projeto Ana Beatriz Firmo, que conversaram sobre os conceitos iniciais que permearam a construção da série de apresentações ao vivo, denominada “Sangue Índiafro”. O nome faz alusão a dois dos povos historicamente oprimidos e subalternizados na cultura do colonial a qual nosso país está alinhado.

Na conversa, foram abordadas questões sensíveis no tocante ao racismo como: a destruição da autoestima, o morticínio de jovens e de crianças negras, especialmente os moradores de favelas, a desqualificação desses indivíduos no mercado de trabalho, a invisibilização e a negação de atributos humanos dessas populações, assim como a negação da sua subjetividade. Foi uma fala indignada que refletia sobre a manutenção de uma situação que permeia a sociedade brasileira, com um forte caráter colonialista. Nesse aspecto, o grande projeto do coletivo é o da construção de uma escola antirracista para contribuir para a erradicação da ideia de dominação de um povo sobre outro, consolidada durante o período colonial e que perdura até a atualidade.

Entre tantos momentos de destaque, sinalizamos a *live* que aconteceu no dia 09/08/2020, em que se comemora o Dia Internacional dos Povos Indígenas, uma data que chama a atenção para os direitos dessa população habitante dos continentes americanos e da Oceania.

A Avelin Buniacá Kambiwá é uma mulher indígena, com atuação como socióloga, professora e especialista em gênero, raça e ensinos religiosos, fundadora do Comitê Mineiro de Apoio às Causas Indígenas. Em sua fala inicial busca desconstruir a ideia do povo indígena como unidade, assinala que no Brasil se distribuem em mais de trezentas etnias, com cerca de duzentas línguas. Nesse sentido, a generalização não cabe, nem diante dos diversos povos, que possuem cosmologias, hábitos culturais diferenciados, além da subjetividade e individualidade concernente a todo ser humano. Toca também na questão política da demarcação das terras indígena e da atuação de desrespeito do atual governo em relação aos territórios demarcados, assim como no genocídio perpetrado recorrentemente por garimpeiros e grileiros nas comunidades indígenas.

Destaca sua crença na educação como um vetor para ensinamento sobre a diversidade das culturas indígenas e de desconstrução de mitos que localizam esses

povos em apenas uma parte do território nacional. Toca então sobre a necessidade de criação de um processo para formação de professores, para entendimento da cultura nativa desses povos, que inclui além das questões sinalizadas anteriormente, relativas à diversidade, também ao entendimento de sua cultura material, de sua espiritualidade e visão de mundo, englobando sua noção estética coletiva e individual. Nesse aspecto destaca algumas produções indígenas no campo das letras como Eliane Potiguara e Daniel Munduruku, que trazem essa produção para a contemporaneidade. Destacamos também a contribuição indígena contemporânea com nomes como Denilson Baniwa, Ailton Krenak, Arissana Pataxó, Sonia Guajajara que militam no campo do pensamento e das artes, que trazem nessa esfera um pensamento diverso do europeu, para uma compreensão mais holística da terra que todos nós habitamos. Essa atuação desmonta a concepção desses povos como seres primitivos, que não se alinham ao tempo vivido, sua fala se encaminha para a necessidade de desvelamento de uma cultura apagada e invisibilizada desde o início de nossa colonização. A fala de Avelin num discurso consciente, mostra a necessidade da instituição escolar romper com uma educação fundada apenas sobre a unicidade da cultura ocidental.

Em outro flanco, uma das ações realizadas para atrair a comunidade escolar foi a de abrir uma conta do coletivo na plataforma @instagram. O primeiro objetivo foi o de concentrar as atividades e eventos em um endereço digital que centralizasse e exibisse as atividades e práticas do coletivo; o segundo, não menos importante, estava relacionado a um duplo aporte: criar formas e conteúdos em diversas mídias, como apresentações, cartazes e vídeos, para desconstruir concepções cristalizadas e contemplar a face invisibilizada das culturas inferiorizadas. Nesse aspecto, a inclusão de vídeos que destacam e relembram figuras negras relevantes no cenário nacional como Luiz Gama e João Cândido, além de expor também o resultado de leituras realizadas e fazê-las chegar aos estudantes - ação que pode ser exemplificada no vídeo sobre Racismo Recreativo, baseado no livro de Adilson Moreira.

Buscamos também apresentar produções artísticas contemporâneas da África, baseadas em estudos e curadorias relacionadas ao tema, bem como exibir fotografos brasileiros com ascendência africana que apresentam uma produção de destaque na historiografia da arte brasileira em relação às obras produzidas, focadas na visualidade negra. Destacamos ainda, datas comemorativas como “O dia da África” ou “O Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela”

com pequenos cartazes, apresentações e fragmentos da literatura afrocentrada (Figura 1).

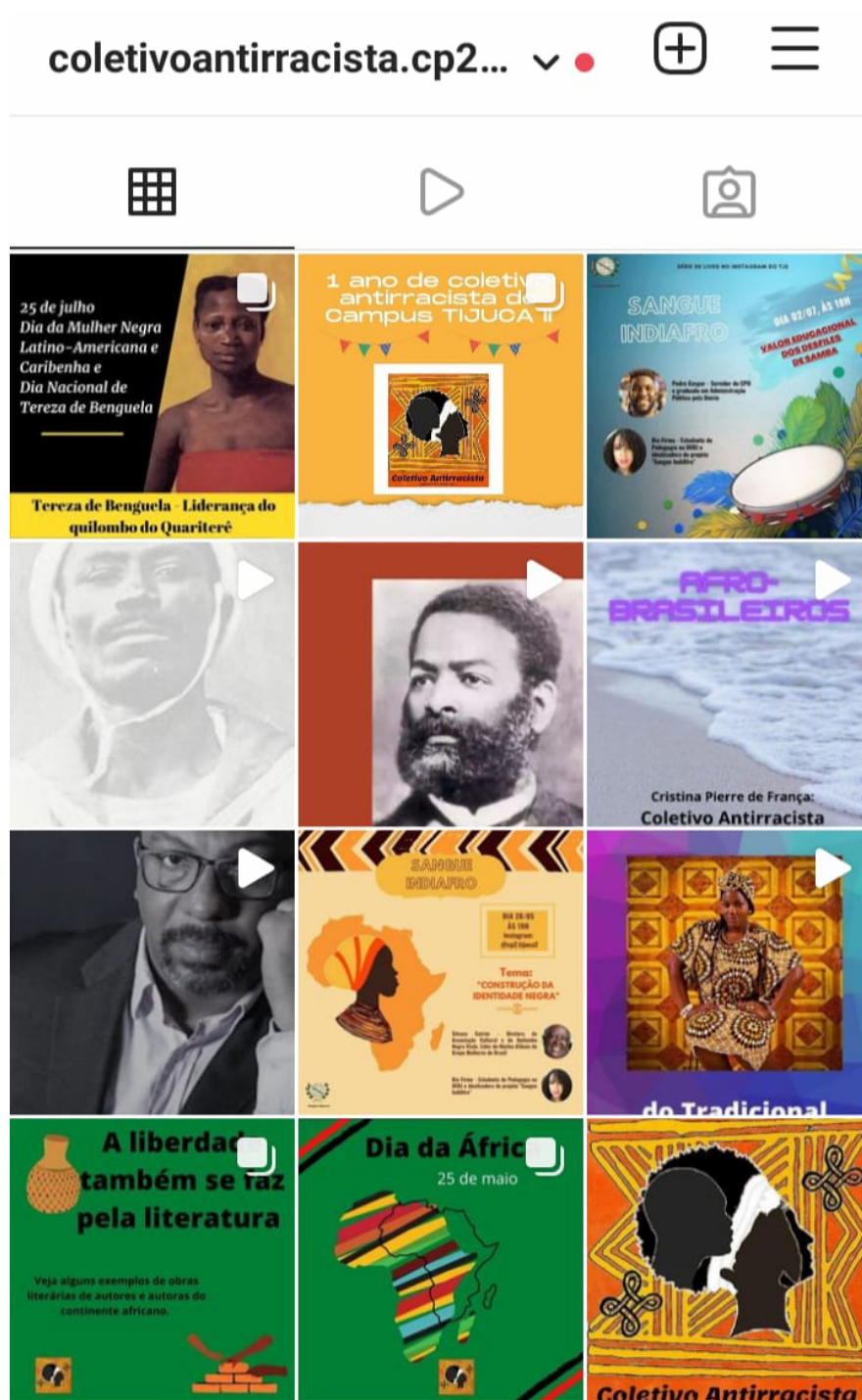


Figura 1 Imagens das publicações do coletivo no Instagram. Disponível em @coletivoantirracistacp2tj2

Nesse primeiro momento, percebemos que nossa investigação apresenta um desequilíbrio que pretendemos sanar, porque nossa ênfase está maior na cultura afro-

brasileira, mas na pretensão de igualitarismo buscamos adensar o estudo também sobre a cultura indígena.

Estudos e reflexões em andamento

Dentro da perspectiva de estudos do Coletivo, nossas discussões dão-se em torno de textos de autores brasileiros e estrangeiros e dentro da saudável pluralidade de posicionamentos e ideias que perpassam o tema, trazendo à tona possibilidades de compreensão do fenômeno social do racismo em suas diversas manifestações.

Algo que tem sido tema presente em nossas discussões é a urgente necessidade de aprofundamento da compreensão das teias do racismo, de suas causas históricas e de suas consequências sociais para os indivíduos. Com esse aparato teórico, esperamos poder contribuir para o desenvolvimento de ferramentas coletivas de combate à discriminação racial no campo da prática docente, bem como no da construção de uma nova sociedade, onde cada indivíduo entenda-se como elemento único de existência e, ao mesmo tempo, como parte integrante dela. Uma sociedade em que os indivíduos gozem de todos os direitos constitucionais em pé de igualdade, independentemente, da cor da pele, do gênero, da orientação sexual, da altura, do tipo de cabelo, das dimensões do corpo e de quaisquer características que o/a tornam um ser.

Nessa perspectiva, podemos dizer que a luta antirracista é fundamentalmente e, acima de qualquer outra característica, uma luta por liberdade, por direito de existir livre de estereótipos e de modelos prontos, livre de todas as formas de opressão. Assim, interessa-nos que se somem à nossa luta todas aquelas que caminham na direção da construção do ser humano livre e coletivo.

Embora a necessidade de afirmação das liberdades individuais de ser e de existir seja um consenso entre todos os núcleos de movimentos antirracistas, deparamo-nos com outro desafio que é o de apresentar a possibilidade da liberdade como algo concreto e que há tempos nos foi subtraída e substituída por padrões. Em outras palavras, queremos dizer que é necessário apresentar, aos grupos discriminados, a existência dessa discriminação que muitas vezes aparece disfarçada em brincadeiras que reforçam estereótipos cuja intenção final é a manutenção do sistema de exclusão e sujeição de um grupo sobre outro (MOREIRA, 2020).

Visando à troca de opiniões e à construção de um repertório crítico acerca do racismo, fizemos inúmeras leituras coletivas e fomos particularmente afetados pela obra de Adilson Moreira, *Racismo Recreativo* (2020), que desnuda essa relação entre racismo e “brincadeira”, de forma clara e objetiva, colaborando para a construção da consciência necessária àqueles que precisam compreender que suas liberdades lhes são retiradas de forma sutil e, às vezes, quase imperceptível.

O autor defende que o racismo é uma questão de saúde pública porque possui uma natureza contagiosa e enumera o que chama de *microagressões*, dividindo-a em três tipos: *microassaltos*, *microinsultos* e *microinvalidações*, cada qual com suas características particulares que, em conjunto, dão origem a um aparato de opressão de grupos marginalizados.

Os *microassaltos* são atitudes de agressividade e/ou desprezo por membros pertencentes a grupos sociais tidos como inferiores por parte do agressor, como, por exemplo, adentrar em um prédio sem cumprimentar ou fazer algum tipo de contato com os porteiros e trabalhadores da manutenção ali presentes. Com essa atitude, o agressor visa a delimitar espaços simbólicos que remetem os membros das camadas menos favorecidas ao papel de inferioridade moral, intelectual e social.

Por sua vez, os *microinsultos* são atitudes que podem ser inconscientes, cometidas por pessoas que julgam possuírem algum tipo de superioridade por serem membros de um grupo dominante em relação a determinados aspectos, sociais, culturais, religiosos etc. Se concretizam em formas de comunicação na qual aspectos da vivência do grupo marginalizado são considerados inferiores e, por isso, dignos de serem combatidos. É comum vermos expressões de espanto por parte de algumas pessoas quando recebem a informação de que outra pessoa é membro ativo de algum tipo de religião de matriz africana ou outra que não seja a religião hegemônica ocidental. Expressões do tipo “Deus me livre!”, “Credo!” ou “Eu não me envolvo com essas coisas” referindo-se à escolha religiosa de alguém, servem como exemplos de *microinsultos*.

Por fim, aparecem as *microinvalidações*, nas quais o agressor procura negar a existência da experiência do outro pertencente ao grupo marginalizado, diferente do que faz com suas próprias experiências e vivências. Não é incomum, nos ambientes escolares e em outros espaços sociais coletivos, que algumas queixas de racismo, homofobia, sexismo, machismo, entre outras sejam invalidadas e que a vítima seja confrontada com, “Mas você não está exagerando?” ou “Isso está parecendo mimimi”.

Essa prática tem um objetivo muito claro que é negar a relevância do sentimento do outro, mais uma vez remetendo-o a um lugar de menor importância juntamente com seus sentidos e vivências.

O impacto extremamente positivo que nosso coletivo sentiu por parte dessa obra de Adilson Moreira justifica-se, principalmente, por ela representar a sementeira de práticas e de discussões que podem, devem e precisam ser transportadas para o espaço da escola e serem amplamente disseminadas entre os estudantes e demais membros da comunidade escolar, que podem sofrer com esses tipos de agressões e também podem ser agentes das mesmas, conscientemente ou não.

É relevante salientar que toda forma de opressão prejudica os dois lados. Aquele que oprime, termina também por ser vítima da opressão que causa ao outro, por mais paradoxal que possa parecer tal afirmação. O opressor faz-se refém da manutenção dessas estruturas para poder sentir-se superior, o que o torna prisioneiro de suas próprias violências. Paulo Freire, considerado um dos grandes pedagogos da história do Brasil com seu trabalho reconhecido nacional e internacionalmente, em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (2019) diz-nos: “Os opressores, violentando e proibindo que os outros sejam, não podem igualmente ser; os oprimidos, lutando por ser, ao retirar-lhes o poder de oprimir e de esmagar, lhe restauram a humanidade que haviam perdido no uso da opressão.” (FREIRE, 2019, p.59).

As formas de opressão às quais nos empenhamos em combater nos ambientes escolares, através do conhecimento de suas existências e da compreensão de suas causas, possuem origem também em ambientes que extrapolam os muros das escolas. Nesses espaços, aparecem, de forma extremamente marcante e clara, as relações de caráter material entre as diversas camadas de pessoas que compõem o tecido social. Podemos afirmar que, se não todas as formas de opressão de raça possuem origem no aspecto material da sociedade, uma parcela muito significativa dessas formas de subtração de direitos e imposição de comportamentos está construída sobre esse alicerce de maneira muito rígida e com contornos bem definidos.

A relação entre a pobreza material e a discriminação de raça e outras formas de violências físicas, emocionais e simbólicas é tão presente nas estruturas da sociedade brasileira, que se faz imperativa a presença desse aspecto em documentos oficiais de estado. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCN's), de 2003, são citados princípios que deverão nortear a conduta dos professores e dos

estabelecimentos de ensino, dentre os quais, chama a atenção para o caráter em discussão, o item: “Este princípio deve conduzir [...] à superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e também as classes populares às quais os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados.” (p. 18 e 19).

A citação anterior revela uma sujeição e uma submissão a uma realidade que parece quase que uma máxima imutável das estruturas mantidas pelo atual sistema social, político e econômico ocidental, o capitalismo. A luta antirracista, mais que conduzir à superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que as classes populares, diga-se os pobres, são tratadas, deve conduzir à superação da pobreza em si e aplicar para isso os meios que se fizerem necessários em todas as frentes possíveis e a educação antirracista é uma delas.

A relação íntima entre o sistema capitalista e os processos de discriminação, exclusão, supressão de direitos e injustiças aparece em diversas obras de autores, brasileiros e estrangeiros, das quais destacaremos duas: *Racismo Estrutural*, (2019) de Silvio de Almeida e o artigo “Raça, classe e marxismo” de Keeanga-Yamahitta Taylor. Eles mostram a importância de se vincular às lutas antirracistas o caráter de classe que permeia as lutas por liberdade não apenas dos negros e minorias raciais que sofrem com a discriminação, mas de todo o conjunto dos setores oprimidos da sociedade, não deixando de compreender e dar relevância e destaque às suas singularidades.

A obra de Silvio de Almeida aponta para a relação intrínseca e inseparável que existe entre o racismo e as estruturas de sustentação do sistema capitalista, que permite que a classe dominante se utilize do estado para controlar, de forma indireta, a integralidade das relações sociais, políticas e econômicas e leva à compreensão de que o sistema vigente não é o criador do racismo, mas que se apropriou dele e o utiliza como uma das diversas ferramentas de controle social e de suporte às relações de exploração da força de trabalho da classe proletária.

De forma muito clara, aponta para a perspectiva da necessidade de uma união entre a luta da classe trabalhadora de conjunto por direitos e a luta dos negros por emancipação, salientando que “uma não esgota a outra e, tampouco, uma não se esgota na outra”, ao citar o sociólogo Florestan Fernandes, que entende que a situação social e econômica do negro encontra-se na mesma condição da situação da classe proletária, por serem os negros a imensa maioria dessa camada social explorada e subtraída de seus

direitos, com o agravante de além da exploração, sofrerem também discriminações e violências de caráter exclusivamente racial.

Quando o autor afirma que “O pavor de um dia ser igualado a um negro é o verdadeiro fardo que carrega o homem branco da periferia do capitalismo e um dos fatores que garante a dominação política, econômica e cultural dos países centrais.” (p.50), ele deixa nítida a compreensão da necessidade de que tratemos o racismo de forma associada ao conjunto das reivindicações da classe trabalhadora, mas de maneira independente e autônoma no que diz respeito ao caráter das opressões de raça que o negro enfrenta.

Ainda no sentido de apontar para a necessidade candente da união entre a luta antirracista e a luta de classes, Keeanga-Yamahtta Taylor, logo no início de seu texto, faz a seguinte afirmação: “O capitalismo depende do racismo tanto como fonte de lucro quanto, o que é mais importante, como uma forma de dividir e dominar”.

De influência marxista, a autora negra norte americana defende que o racismo é utilizado pelo capitalismo como meio de rebaixar o valor do trabalho de todos os membros da sociedade além de funcionar como um ponto de ruptura entre trabalhadores, promovendo uma competição entre eles em busca de melhores condições de vida. Essa competição, segundo Taylor, é provocada pelas leis da falsa escassez, pela qual a classe dominante, através do controle integral dos meios de produção, produz na exata proporção da maximização dos seus lucros e objetivos pessoais. Desta forma, a escassez é produzida artificialmente com a intenção de dificultar o acesso por parte da imensa maioria da população, principalmente na periferia do capitalismo, a recursos fundamentais para o desenvolvimento e manutenção da vida e, consequentemente, provoca uma competição real entre trabalhadores, que são levados a enxergar no fator racial motivos para perseguirem grupos minoritários ou menos capazes de se defender.

Embora a competição por melhores condições de vida dê-se principalmente entre os membros das camadas mais baixas da sociedade, privilegiando os brancos em detrimento dos pretos, Taylor destaca a compreensão marxista de que os grandes favorecidos por essa competição entre trabalhadores não são os trabalhadores brancos, que se encontram em condições reconhecidamente mais favoráveis nessa competição, mas sim os empregadores, que lucram com a exploração exagerada do trabalho do negro e com o rebaixamento dos salários dos brancos que essa competição provoca.

Essas leituras e discussões em grupo, que fazem parte do cotidiano das nossas atividades enquanto coletivo colaboram para o desenvolvimento de novas percepções de

mundo e da realidade na qual estamos inseridos e visam a ampliar nossas capacidades de diálogo e da tão necessária construção de estratégias para levarmos adiante essa luta que é de todos aqueles que ainda sonham com um mundo melhor, justo e com dignidade para todos os seres humanos que não são capazes de se manterem calados perante uma covardia.

Considerações finais

Hoje, na finalização da escrita deste texto, estamos iniciando o ano letivo de 2021 concentradas/os em ampliar a atuação do coletivo, bem como em oferecer espaços de acolhimento e diálogo para estudantes e servidores. Como abertura do ano letivo, o Campus Tijuca II elaborou uma semana de acolhimento e letramento científico em que foram oferecidas atividades diversas pelos diferentes setores e disciplinas, de modo a ambientar estudantes antigos e novos às práticas, conteúdos e interações que serão desenvolvidas ao longo do ano.

Como forma de dar as boas-vindas à comunidade e apresentar sua proposta de atuação, o Coletivo Antirracista promoveu, junto com a Oficina Mulheres Negras e Literatura e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Colégio Pedro II (NeabiCp2), o encontro intitulado “Por uma escola antirracista”. A proposta foi uma roda de conversa sobre relações étnico-raciais, escola e literatura para que se apresentassem as ações dos grupos citados, além de ouvir os depoimentos e as demandas de estudantes.

O encontro contou com cerca de oitenta participantes e foi um momento rico de trocas de conhecimentos e experiências que só comprova a necessidade de ações envolvendo toda a escola no esforço para criar um ambiente em que o racismo não seja tolerado e que as vidas negras e indígenas sejam celebradas.

Como participantes do Coletivo Antirracista, entendemos que ainda precisamos avançar muito e estudar mais a fim de preencher as lacunas da nossa formação. Reforçamos, portanto, nosso compromisso com esses alunos e essas alunas que participaram da nossa atividade de acolhimento - e de todos e todas que não participaram - em relação à permanência dessas discussões na escola e à luta para que também institucionalmente os direitos e o bem-estar de todas as pessoas sejam garantidos ao longo do percurso pelo Colégio Pedro II. Que seja possível, nesta

instituição de ensino e em tantos outros espaços, tal como aponta Conceição Evaristo, “ouvir a ressonância/ o eco da vida-liberdade”.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio de. **Racismo Estrutural** (Feminismos Plurais). 1ª impressão. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo – estudos.**/ Iray Carone, Maria Aparecida, Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 71ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019.

HOOKE, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo** (Feminismos Plurais). 3ª reimpressão. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. Raça, classe e marxismo. Outubro Revista, 2018. <http://outubrorevista.com.br/raca-classe-e-marxismo/> Acesso em: 18/06/2020.